

ACORDO DE PARCEIROS

para execução do

PROJECTO: “A Cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados Membros da CPLP”

Considerando os antecedentes históricos da Cooperação, as afinidades linguísticas e culturais dos Estados Membros da CPLP;

Considerando a identidade da missão das Inspeções do Trabalho e a existência de um conjunto de referenciais comuns, fundamentalmente inspirados nos instrumentos da Organização Internacional do Trabalho;

Considerando que o Trabalho Digno é um desígnio com o qual os Países da CPLP estão comprometidos e cuja promoção também passa pela eficaz actividade das Inspeções do Trabalho;

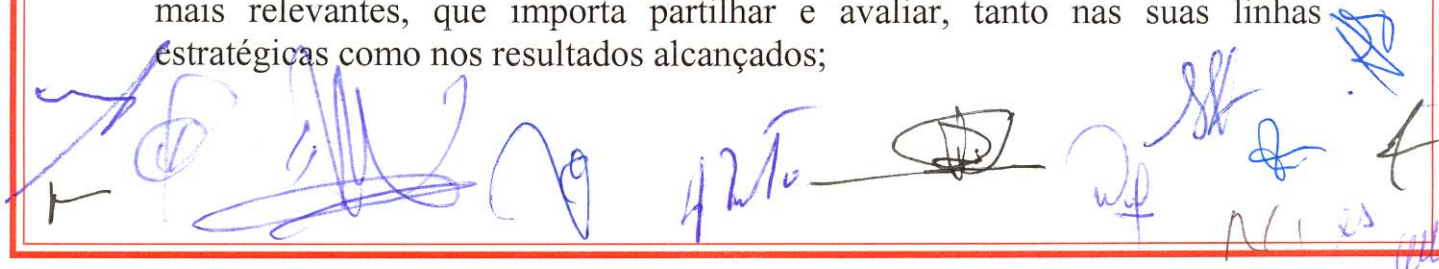
Considerando que as Inspeções do Trabalho desempenham um papel fundamental na aplicação das Normas Internacionais do Trabalho;

Considerando que a ratificação das Convenções nº 81 e nº 129 potencia a adaptação dos normativos nacionais, o desenvolvimento de políticas de inspecção integradas e coerentes e o reforço do diálogo social;

Considerando a existência de diversos instrumentos de informação, formação e divulgação na área da Inspeção do Trabalho, desenvolvidos pela OIT, que foram devidamente testados e consensualizados a nível tripartido;

Considerando a presença, com as necessárias especificidades, de fenómenos sociais que importa configurar e caracterizar nos Estados Membros da CPLP;

Considerando que as Inspeções do Trabalho têm vindo a construir metodologias de intervenção específicas, de resposta a problemas sociais mais relevantes, que importa partilhar e avaliar, tanto nas suas linhas estratégicas como nos resultados alcançados;

The bottom of the document features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are initials that appear to be 'J. M. T.'. To the right of these, there is a circular stamp or seal. Further right, there are more initials, including 'wif' and 'sh'. On the far right, there is a signature that looks like 'N. C. S.' and another set of initials.

Considerando a necessidade de proceder à definição e à estabilização de instrumentos e de espaços de reflexão que potenciem o intercâmbio de informação, de conhecimentos, de metodologias e de programas de acção;

Considerando que importa promover a melhoria da qualificação e do desenvolvimento das competências dos recursos humanos afectos às Inspecções do Trabalho;

Considerando que, nos termos do nº 7 da Declaração de São Tomé, assinada pelos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP em Setembro de 2005, foi determinado dar prioridade, no âmbito da cooperação, à área da Inspeção do Trabalho;

Considerando que um dos objectivos fundamentais da cooperação é garantir a sustentabilidade dos Projectos assumidos e, assim, contribuir para o desenvolvimento dos Países;

Considerando que desses objectivos decorrem a vontade e a necessidade de constituir um *Conselho de Parceiros*, integrando as entidades dos diferentes Países que, solidariamente, se empenhem na implementação e na sustentabilidade do Projecto "*A Cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados Membros da CPLP*";

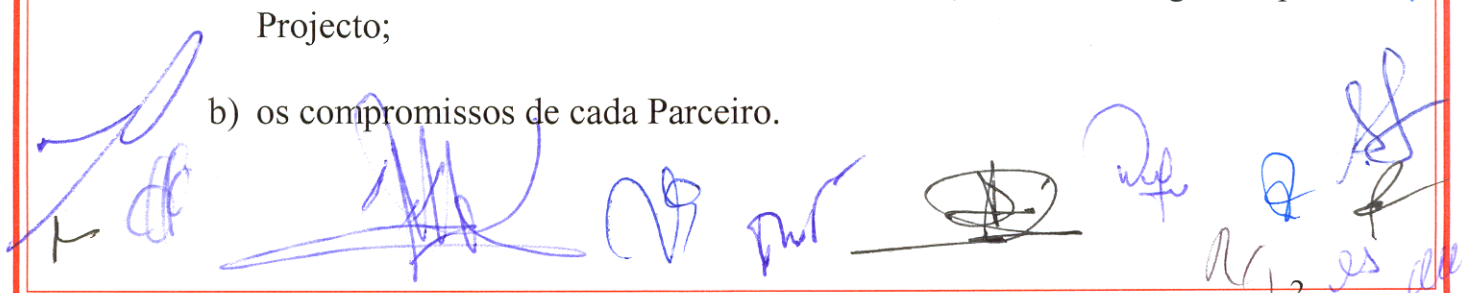
Nestas condições, é celebrado o presente *Acordo de Parceiros*, que se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

Objecto

O presente Acordo tem por objecto definir:

- a) a constituição, a estrutura e o funcionamento da parceria a estabelecer para a execução do Projecto "*A Cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados Membros da CPLP*", adiante designado por Projecto;
- b) os compromissos de cada Parceiro.



CLÁUSULA 2ª

Subprojectos

O Projecto desenvolve-se através dos seguintes Subprojectos:

Subprojecto 1 – Reforço institucional

Subprojecto 2 – Informação e trabalho em rede

Subprojecto 3 – Formação e desenvolvimento de competências

CLÁUSULA 3ª

Desenvolvimento do Projecto

1. O Projecto desenvolve-se nos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos termos previstos em Documento de Projecto a anexar ao presente Acordo e que do mesmo fará parte integrante.
2. A proposta de Documento de Projecto será elaborada, até ao fim de Junho de 2006, pelos Parceiros referidos nos nºs 1.6 e 1.9 da Cláusula 4ª e subsequentemente distribuída aos restantes Parceiros.
3. O documento a que se refere o nº 2 será apreciado e aprovado em reunião de Conselho de Parceiros, a ter lugar imediatamente antes da VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP.

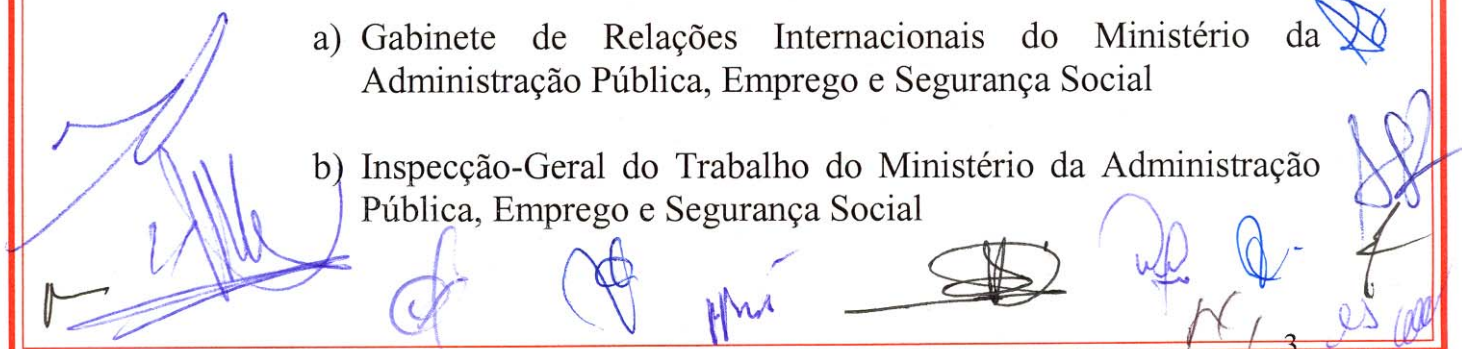
CLÁUSULA 4ª

Constituição da parceria

1. A parceria é constituída entre as entidades seguintes:

1.1 Pela Parte Angolana

- a) Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social



1.2 Pela Parte Brasileira:

- a) Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego
- b) Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

1.3 Pela Parte Caboverdiana:

- a) Gabinete do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade (GMTFS)
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade

1.4 Pela Parte Guineense:

- a) Gabinete do Ministro da Função Pública e Trabalho
- b) Inspeção-Geral do Trabalho e Segurança Social do Ministério da Função Pública e Trabalho

1.5 Pela Parte Moçambicana:

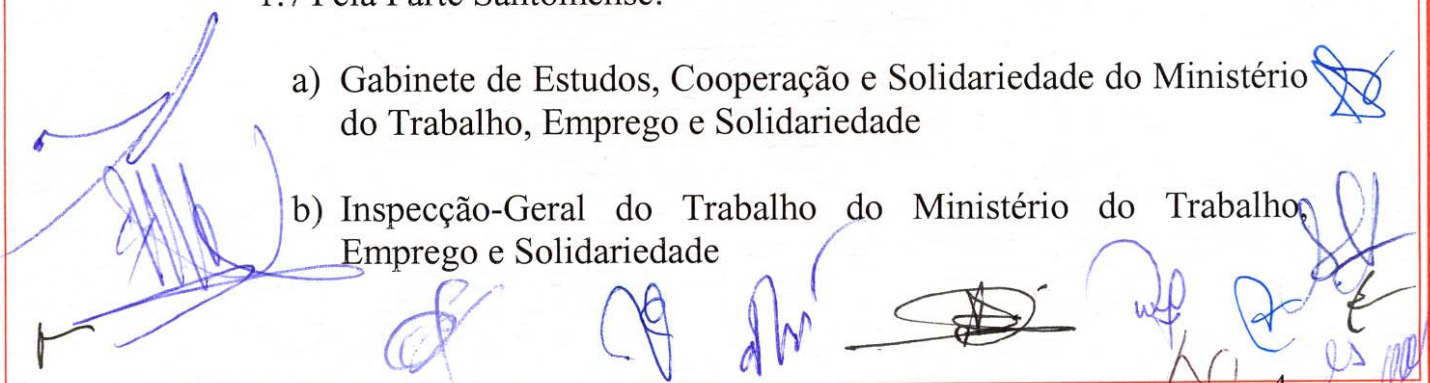
- a) Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho

1.6 Pela Parte Portuguesa:

- a) Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

1.7 Pela Parte Santomense:

- a) Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'dm'. On the right, there are more signatures, including one that looks like 'es' and another that is partially obscured by a signature. The signatures are scattered across the bottom of the page, below the list of items.

1.8 Pela Parte Timorense:

- a) Gabinete do Plano e da Cooperação do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária
- b) Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária.

1.9 Pelo "Bureau" Internacional do Trabalho:

- Escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa.

2. As entidades indicadas no nº 1 constituem o *Conselho de Parceiros*.

3. Por decisão do Conselho de Parceiros, poderão:

- a) integrar a parceria outras entidades que, pelas motivações que apresentem, possam vir a contribuir para a valorização do Projecto;
- b) ser afastadas do Conselho de Parceiros entidades que, de alguma forma, impeçam o normal desenvolvimento do Projecto.

CLÁUSULA 5ª

Responsabilidades do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola

O Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola assume:

- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.



CLÁUSULA 6ª

Responsabilidades do Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil

O Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil assume:

- a) a articulação entre a Inspeção do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 7ª

Responsabilidades do Gabinete do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade de Cabo Verde

O Gabinete do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade de Cabo Verde assume:

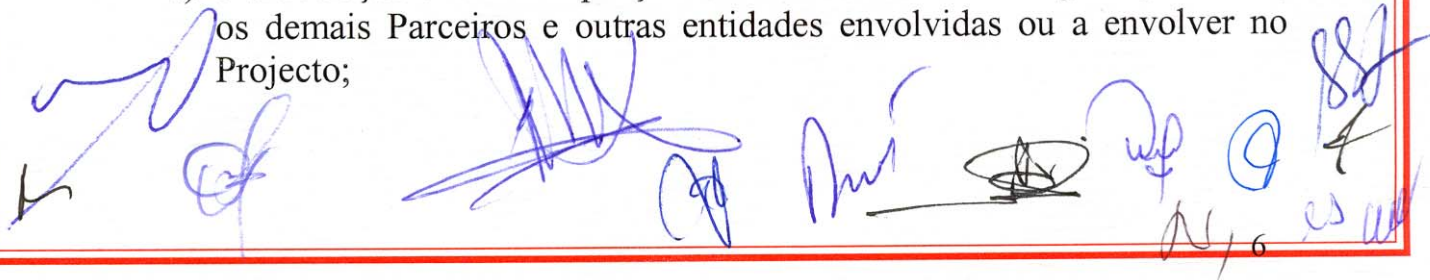
- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 8ª

Responsabilidades do Gabinete do Ministro da Função Pública e Trabalho da Guiné-Bissau

O Gabinete do Ministro da Função Pública e Trabalho da Guiné-Bissau assume:

- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho e Segurança Social, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink, located at the bottom of the page. The signatures are of various styles, some appearing to be official or formal, while others are more casual. They are spread across the width of the page, below the text of clause 8.

- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 9ª

Responsabilidades do Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho de Moçambique

O Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho de Moçambique assume:

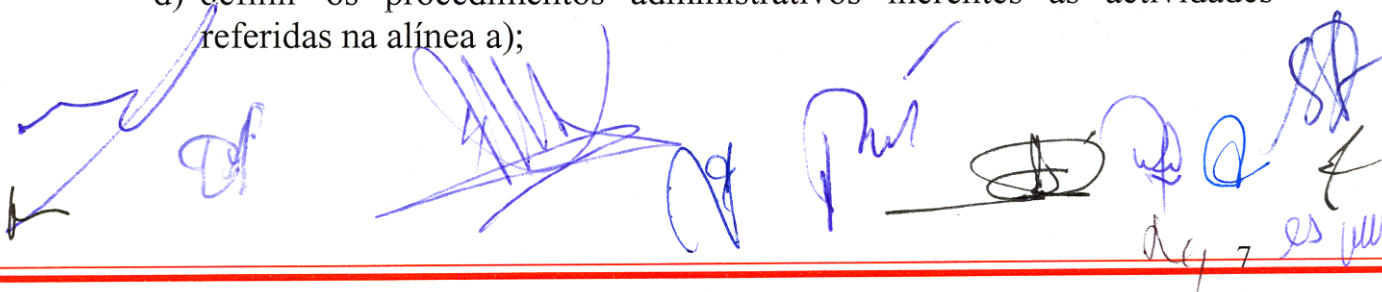
- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 10ª

Responsabilidades do Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal

O Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal assume:

- a) no ano 2006, cofinanciar, **até ao limite de 50 mil EUROS**, as actividades previstas no Documento de Projecto;
- b) relativamente a 2007 e aos anos seguintes, analisar o interesse e a possibilidade de cofinanciar o Projecto;
- c) assegurar a execução orçamental das despesas do Projecto e da mesma informar o Conselho de Parceiros nos termos previstos em ii. da alínea e) da Cláusula 15ª;
- d) definir os procedimentos administrativos inerentes às actividades referidas na alínea a);



- e) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- f) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 11ª

*Responsabilidades do Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade do
Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade Social de São Tomé e
Príncipe*

O Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade de São Tomé e Príncipe assume:

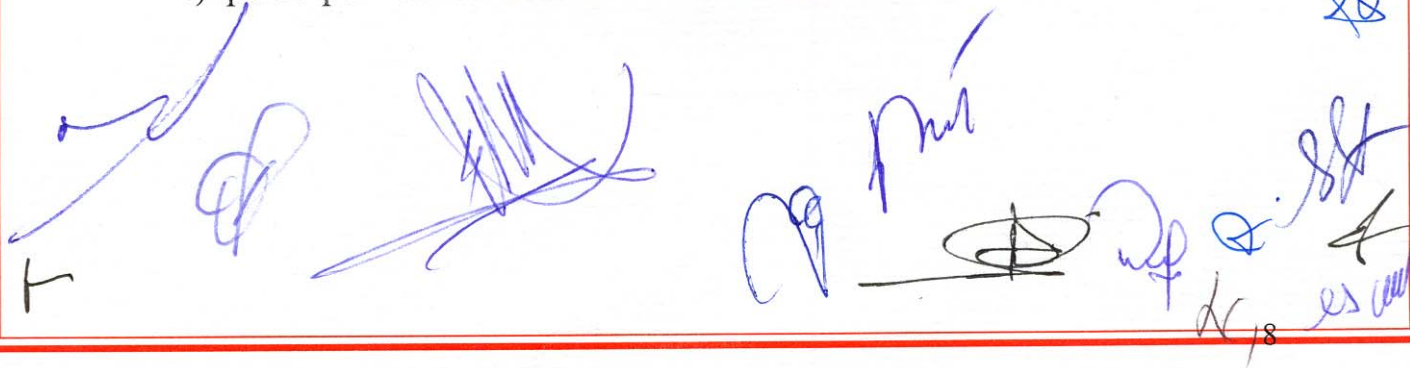
- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 12ª

*Responsabilidades do Gabinete do Plano e da Cooperação do Ministério do
Trabalho e da Reinserção Comunitária de Timor-Leste*

O Gabinete do Plano e da Cooperação do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária de Timor-Leste assume:

- a) a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho, os demais Parceiros e outras entidades envolvidas ou a envolver no Projecto;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller signatures and initials, including one that appears to be 'M'. On the right, there are more signatures, including one that looks like 'SST' and another that is partially obscured by a date stamp. The date stamp is located at the bottom right and reads '18' followed by some illegible text.

CLÁUSULA 13ª

Responsabilidades das Inspeções do Trabalho dos Países da CPLP

As Inspeções do Trabalho dos Países da CPLP assumem:

- a) organizar, participar e colaborar nas actividades definidas no Documento de Projecto, nos termos aí previstos;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 14ª

Responsabilidades do Escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa

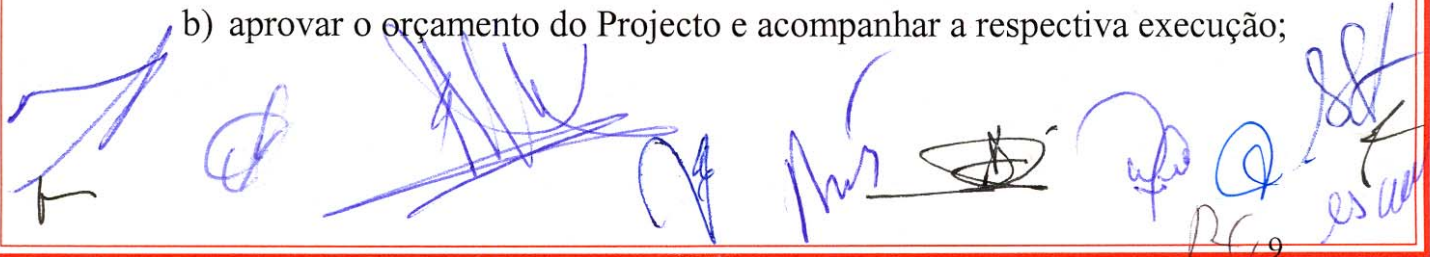
O Escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa assume:

- a) a articulação que se vier a mostrar necessária com os serviços do BIT;
- b) participar no acompanhamento e na avaliação do Projecto;
- c) participar nas reuniões do Conselho de Parceiros.

CLÁUSULA 15ª

Conselho de Parceiros

1. O Conselho de Parceiros é composto por um representante de cada uma das entidades previstas na Cláusula 4ª.
2. São competências do Conselho:
 - a) aprovar as actividades previstas no Documento de Projecto e velar pela correcta execução das mesmas;
 - b) aprovar o orçamento do Projecto e acompanhar a respectiva execução;

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page, spanning across the width of the document. Some are clearly legible, while others are more stylized or scribbled.

- c) tomar as medidas adequadas em caso de desvios orçamentais que ponham em causa o equilíbrio das receitas e das despesas previstas;
- d) contribuir para a procura de medidas que possam assegurar a futura sustentabilidade do Projecto;
- e) apreciar e aprovar os relatórios de actividades e as contas do Projecto;
- f) deliberar sobre a integração no Conselho de Parceiros de outras entidades que, pelas motivações que apresentem, possam vir a contribuir para a valorização do Projecto;
- g) deliberar sobre o afastamento de parceiros que, de alguma forma, impeçam o normal desenvolvimento do Projecto.

3. O Conselho tem o seguinte modo de funcionamento:

- a) reúne ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por solicitação fundamentada de qualquer dos seus membros;
- b) sem prejuízo do disposto no n° 4, apenas pode deliberar quando se encontre presente a maioria dos seus membros;
- c) as reuniões terão lugar em instalações das entidades representadas no Conselho;
- d) das reuniões do Conselho são lavradas actas, as quais devem conter indicação dos assuntos tratados, com menção expressa das respectivas decisões tomadas sobre os mesmos;
- e) o apoio às reuniões é assegurado pelo Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, em articulação com a Inspeção-Geral do Trabalho do mesmo Ministério, competindo-lhe:
 - i. convocar e preparar as reuniões do Conselho;
 - ii. apresentar ao Conselho a execução orçamental do Projecto;
 - iii. elaborar as actas das respectivas reuniões;
 - iv. dar execução a expediente e demais acções-tarefa que lhe sejam confiadas pelo Conselho de Parceiros.

4. Quando qualquer deliberação envolva acréscimo de encargos para o Projecto, a mesma não poderá ser aprovada sem a concordância da respectiva entidade financiadora.

CLÁSULA 16ª

Receitas do Projecto

Constituem receitas do Projecto:

- a) os cofinanciamentos da Parte Portuguesa, previstos nas alíneas a) e b) da Cláusula 10ª;
- b) outras receitas.

CLÁSULA 17ª

Despesas do Projecto

Constituem despesas do Projecto:

- a) as despesas com as actividades previstas no Documento de Projecto;
- b) as despesas com a realização das reuniões do Conselho de Parceiros;
- c) outras despesas.

CLÁSULA 18ª

Actividades preparatórias

1. Até à aprovação do Documento de Projecto, serão realizadas as seguintes actividades preparatórias:

1ª. Sob responsabilidade dos Parceiros referidos nos nºs 1.6 e 1.9 da Cláusula 4ª:

- a) elaboração de proposta de Documento de Projecto, nos termos previstos no nº 2 da Cláusula 3ª;

b) preparação e organização da 1ª reunião de Conselho de Parceiros, conforme previsto no nº 3 da Cláusula 3ª e na Cláusula 15ª, tendo como pontos de Ordem de Trabalhos:

- i. Análise dos auto-diagnósticos das Inspeções do Trabalho dos Países da CPLP
- ii. Apreciação e aprovação do Documento de Projecto
- iii. Apreciação e aprovação do Orçamento do Projecto para os anos 2006 e 2007
- iv. Outros assuntos

c) preparação e organização de um Seminário subordinado ao tema “O quadro estatutário da Inspeção do Trabalho”, com a duração de um dia, a realizar imediatamente antes da 1ª reunião de Conselho de Parceiros;

2ª. Sob responsabilidade do Parceiro referido no nº 1.9 da Cláusula 4ª, elaboração de bibliografia de todo o material de referência da OIT e das Inspeções do Trabalho da CPLP, com vista a determinar, numa 2ª fase:

a) prioridades na política de publicações de referência da OIT em língua portuguesa;

b) constituição de uma biblioteca básica a disponibilizar aos Parceiros;

3ª Sob responsabilidade dos Parceiros referidos na alínea b) do nº 1.2 e na alínea b) do nº 1.6 da Cláusula 4ª, elaboração de um estudo sobre as implicações, técnicas e outras, da criação de um “sítio” das Inspeções do Trabalho da CPLP;

4ª Sob responsabilidade de cada uma das Inspeções do Trabalho dos Países da CPLP, elaboração de auto-diagnóstico nacional sobre o respectivo sistema, a apresentar na 1ª reunião do Conselho de Parceiros.

2. Para os efeitos previstos na alínea 4ª do nº 1, a Inspeção-Geral do Trabalho de Portugal elaborará e, até ao fim de Junho de 2006, enviará aos restantes Parceiros um modelo de referenciais comuns



CLÁSULA 19ª

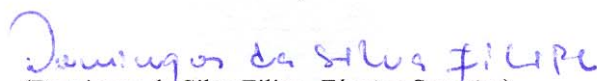
Produção de efeitos

O presente Acordo produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura por todos os Parceiros, sem prejuízo de posterior ratificação pelos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP.

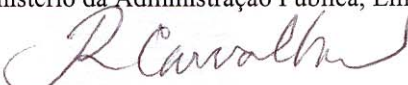
Feito aos vinte e um dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, em dezassete originais, todos igualmente fazendo fé e destinando-se os mesmos a cada um dos Parceiros.

Parte Angolana:

Pelo Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social,


(Domingos da Silva Filipe, *Técnico Superior*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social,


(Roberto de Carvalho, *Inspector-Geral*)

Parte Brasileira:

Pelo Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego,



(Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, *Secretária Nacional da Inspeção do Trabalho*)

Pela Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego,


(Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, *Secretária Nacional da Inspeção do Trabalho*)

Parte Caboverdiana:

Pelo Gabinete do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade,



(Sérgio Eugénio Baptista Duarte, *Assessor para a Área da Cooperação*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade,

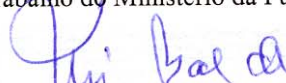

(Silvino Semedo Fernandes, *Inspector-Geral*)

Parte Guineense:

Pelo Gabinete do Ministro da Função Pública e Trabalho,

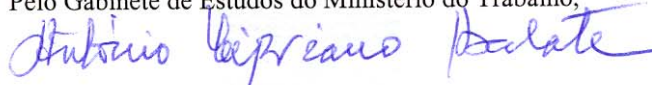

(Francisco Pinto, *Director do Gabinete*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério da Função Pública e Trabalho,



(Uri Baldé, *Inspector-Geral*)

Parte Moçambicana:

Pelo Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho,

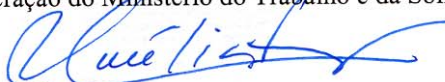

(António Balate, *Técnico Superior da Administração do Trabalho*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho,


(Amélia Manjate, *Inspectora Superiora*)

Parte Portuguesa:

Pelo Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social,

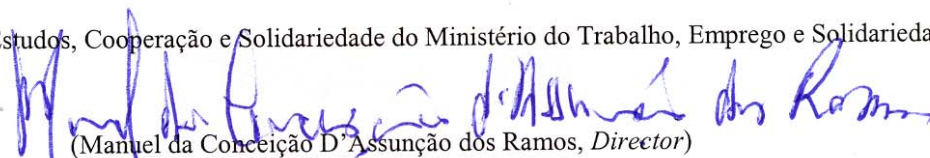

(Maria Lucília da Costa Figueira, *Directora-Geral*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social,

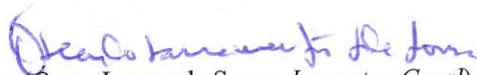

(Paulo Morgado de Carvalho, *Inspector-Geral*)

Parte Santomense:

Pelo Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade,


(Manuel da Conceição D'Assunção dos Ramos, *Director*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade,


(Oscar Lavres de Sousa, *Inspector-Geral*)

ACORDO DE PARCEIROS

para execução do PROJECTO
"A Cooperação na área da
Inspeção do Trabalho nos
Estados Membros da CPLP"

Parte Timorense:

Pelo Gabinete do Plano e da Cooperação do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária,



(Eugénio João Amado de Maria Soares, *Secretário Permanente*)

Pela Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária,


(Aniceto Leto Soro, *Inspector*)

“Bureau” Internacional do Trabalho:

Pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa,


(Paulo Bárcia, *Director*)

ACORDO DE PARCEIROS

para execução do PROJECTO
“A Cooperação na área da
Inspeção do Trabalho nos
Estados Membros da CPLP”